



Em **S**ociedade

Desigualdades de raça e gênero entre cientistas sociais

Otávio Z. Catelano¹
Géssica B. de Freitas²
Mariana Chaguri³
Marcia Rangel Candido⁴

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com período sanduíche na University of Oxford. E-mail: ozcatelano@gmail.com.

² PhD Student em Political Science pela University of Notre Dame. E-mail: gdefreit@nd.edu.

³ Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp. Bolsista Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nível 2. E-mail: chaguri@unicamp.br.

⁴ Doutora em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com período sanduíche na University of Cambridge. Pesquisadora de pós-doutorado com bolsa Faperj Nota 10. E-mail: marciarangelcandido@gmail.com.



Resumo

As desigualdades expressas na sociedade brasileira atravessam todos os âmbitos da vida social, mas a articulação entre elas pode ter dinâmicas particulares de acordo com determinados contextos socioeconômicos, profissionais e culturais. As Ciências Sociais são responsáveis por grande parte dessas análises; no entanto, seu próprio exercício foi objeto de relativamente poucos estudos até hoje. Com o intuito de colaborar para preencher essa lacuna, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) deu início a várias ações para levantar as características demográficas dos quadros profissionais de cientistas sociais, sobretudo no âmbito acadêmico. Este artigo analisa alguns dos resultados do projeto “Futuros do Trabalho nas Ciências Sociais”, que buscou, entre outros objetivos, investigar como marcadores de raça e gênero afetam as práticas profissionais na comunidade científica desta grande área. Os resultados demonstram que ambas as variáveis são imprescindíveis para embasar a proposição de políticas que melhorem a diversidade e o potencial de inovação das Ciências Sociais no Brasil.

Palavras-chave: Profissão; Desigualdades; Raça; Gênero; Cientistas Sociais.

Abstract

The inequalities expressed in Brazilian society permeate all areas of social life, but the articulation between them may have particular dynamics according to certain socioeconomic, professional, and cultural contexts. The Social Sciences are responsible for a large part of these analyses; however, their practice has been the subject of relatively few studies to date. In order to help fill this gap, the National Association of Graduate Studies and Research in Social Sciences (Anpocs) has initiated several actions to survey the demographic characteristics of professional social scientists, especially in the academic field. This article analyzes some of the results of the project “Futures of Work in the Social Sciences”, which sought, among other objectives, to investigate how markers of race and gender affect professional practices in the scientific community of this broad area. The results demonstrate that both variables are essential to support the proposal of policies that improve the diversity and potential for innovation in the Social Sciences in Brazil.

Keywords: Profession; Inequalities; Race; Gender; Social Scientists.



INTRODUÇÃO

As desigualdades enraizadas historicamente na sociedade brasileira têm expressões que atravessam todos os âmbitos da vida social, mas a articulação entre essas desigualdades pode ter dinâmicas particulares de acordo com determinados contextos sociais, econômicos, profissionais e culturais. Na maior parte das profissões, por exemplo, raça e gênero são marcadores de diferença que constantemente estão relacionados. Assim, essa relação produz realidades distintas para pessoas que, ainda que estejam inseridas na mesma função, possuem perspectivas sociais distintas.

As Ciências Sociais são responsáveis por grande parte desse tipo de análise. No entanto, seu próprio exercício foi objeto de relativamente poucos estudos até hoje. Trata-se de uma profissão reconhecidamente caracterizada por “um universo laboral marcado pela centralidade do Setor Público, tanto no percurso de formação - ao menos no nível do Ensino Superior -, quanto nas carreiras de ensino, pesquisa e extensão” (Chaguri *et al.*, 2023, p. 83). Com isso, é atravessada por crises contextuais, bem como por diferentes modos de conceber tanto as políticas públicas, quanto os modos próprios pelos quais o Estado estabelece seus quadros de funcionários.

Uma delas, por exemplo, foi a política de desfinanciamento empreendida pelo Estado brasileiro entre os orçamentos públicos de 2016 e 2022. Os mais variados governos, sobretudo o governo federal, passou a restringir a quantidade de vagas concursadas no serviço público, reduzindo os postos de trabalho ou optando por formas temporárias e/ou flexíveis de contratação. Juntamente a isso, os recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), as duas principais entidades de financiamento à pesquisa no âmbito público a nível federal, apresentaram tendência geral de queda no período destacado⁵.

Outra foi o impacto da pandemia de COVID-19, a partir do qual houve uma percepção geral de que as desigualdades tinham sido aprofundadas. Entretanto, poucos dados haviam sido coletados previamente sobre a realidade do trabalho de cientistas sociais para compreender *quais, como e quanto*. Motivada principalmente por esses dois fatores, a Associação Nacional

⁵ Por exemplo, quando observamos a média de valores de investimentos do CNPq para o período de 2000-2022, notamos uma média anual de R\$48,72 milhões. No ano de 2020, a entidade recebeu 9,9 milhões, passando para 11,9 milhões em 2021 e chegando aos 16,67 milhões em 2022 – valores bem inferiores à média. No caso da CAPES, em 2022 o órgão recebeu o menor valor já destinado para investimentos no período histórico: R\$ 8,11 milhões. Fonte: OLB/A4 a partir de dados Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.



de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) deu início a vários projetos para compreender as características demográficas e socioeconômicas que atravessam a profissão, sobretudo no âmbito acadêmico.

Dirigida por esse esforço, a Anpocs, conjuntamente com a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e com a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), tomou várias iniciativas, entre as quais é importante para este artigo destacar três. A primeira foi o lançamento do Atlas Digital das Ciências Sociais, que tem como objetivo “promover a coleta e análise sistemática de dados sobre a organização, funcionamento e impacto acadêmico e público das Ciências Sociais brasileiras”, agregando “informações da produção dos docentes de pós-graduação do Brasil da Sociologia, Ciência Política e Relações Internacionais, e Antropologia”. O Atlas evidencia principalmente as desigualdades regionais e de gênero que estruturam a comunidade de cientistas sociais no Brasil, mas está limitado à análise estritamente sociodemográfica porque essas são as únicas informações disponíveis nas plataformas que serviram de fonte para a sua construção: a Plataforma Sucupira-CAPES e a Plataforma Lattes-CNPq.

A segunda iniciativa foi o *survey*, conduzida no âmbito da ABCP, “O impacto da pandemia nas rotinas de trabalho acadêmico nas Ciências Sociais”, executado em 2020, meses após a Organização Mundial de Saúde reconhecer o caráter pandêmico da COVID-19⁶. As 1.073 respostas foram analisadas por Candido *et al.* (2021), que avançaram na discussão sobre como raça e gênero são marcadores de diferença na maior parte das dimensões observadas. No início da pandemia, a rotina do trabalho *online* somada ao trabalho doméstico tornou a desigualdade de gênero um fator de divisão mais forte do que normalmente notado, fazendo com que as demandas de mulheres brancas se aproximassem das de mulheres pretas ou pardas; e fazendo com que essas duas categorias estivessem mais distantes de uma posição de superioridade social de homens brancos, seguidos por homens pretos ou pardos.

Com a intenção de prosseguir nessa agenda de pesquisa, a terceira iniciativa da Anpocs a ser destacada neste artigo é o projeto “Futuros do Trabalho nas Ciências Sociais”. A fim de verificar continuidades e discontinuidades após o retorno dos trabalhos presenciais, o projeto executou um *survey* semelhante ao descrito no parágrafo anterior, coletando dessa vez 1.380 respostas. Além disso, realizou uma rodada de entrevistas semi-estruturadas com recém-doutoras (es), contando com 29 entrevistas transcritas.

⁶ *Survey* realizado pela ABCP, com apoio da ANPOCS, da ABRI, da ABA e da SBS.



O projeto coletou dados importantes para possíveis novas fases dessa agenda de investigação que possam se debruçar especificamente sobre o mercado não-acadêmico das Ciências Sociais no Brasil, sobre os quais serão feitas algumas análises neste artigo. Entretanto, os seus objetivos principais eram: investigar as percepções acerca dos usos do tempo e das rotinas de trabalho acadêmico na área; conhecer percepções e expectativas de múltiplas gerações de cientistas sociais sobre a profissão; e investigar desigualdades de geração, gênero e raça que atravessam a prática profissional na comunidade acadêmica das Ciências Sociais.

O foco deste artigo reside no último ponto: evidenciar dados coletados pela pesquisa sobre desigualdades de gênero e raça que atravessam tanto a prática acadêmica quanto as perspectivas para a inserção no mercado de trabalho entre cientistas sociais brasileiras (os). As discussões serão feitas com base nos comentários recebidos no simpósio “Sociologia e Ciência Política no Brasil e em Portugal: trajetórias e práticas profissionais”, realizado pela Anpocs em parceria com o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Universitário de Lisboa ISCT) em 2022; na Sessão Especial “Futuros do trabalho nas Ciências Sociais”, promovido pela Anpocs em seu 42^a Encontro Anual em 2022; ao artigo publicado por Candido *et al.* (2023); e no evento de celebração dos 20 anos do curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), no qual foi discutido o relatório de pesquisa (Chaguri *et al.*, 2023) do projeto em questão.

Na seção a seguir, serão descritas considerações breves sobre o *survey* fonte deste artigo, bem como as ressalvas metodológicas que devem servir de pano de fundo para as análises. Logo após, uma seção de análises balizadas por quatro eixos. O primeiro eixo sobre dados de renda domiciliar mensal. O segundo sobre dados de rotina de trabalho e uso do tempo, ensejando discussões sobre o tempo reservado para o trabalho, a terceirização de responsabilidades domésticas e as consequências da pandemia. O terceiro eixo sobre dados que versam sobre o trabalho acadêmico, isto é, sobre o acesso a financiamento, a produtividade e a internacionalização. Por fim, o quarto eixo sobre dados das perspectivas de inserção no mercado de trabalho não acadêmico, ressaltando a compatibilidade do trabalho atual com a formação acadêmica e o desejo de referência para prestação de serviços autônomos.

Na última seção, serão apresentadas as conclusões sobre como raça e gênero devem ser considerados marcadores estruturantes de diferença entre cientistas sociais do Brasil, bem como sobre as articulações entre esses marcadores de acordo com as variáveis apresentadas.



MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto “Futuros do Trabalho nas Ciências Sociais” buscou avançar na agenda de conhecimento sobre a comunidade de cientistas sociais brasileiros, capturando percepções acerca da vivência e expectativas de cientistas sociais sobre a sua profissão; e como elas são atravessadas por diferentes marcadores sociais. Para isso, aplicou um *survey* por amostra de conveniência, divulgado utilizando *mailing* e redes sociais da Anpocs e aceitando respostas entre março e abril de 2022. A coleta de dados possui o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 54141021.4.0000.8142, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais da Unicamp (CEP/CHS-Unicamp). A pesquisa foi financiada pela Fundação Ford e os dados estão disponibilizados na publicação Catelano *et al.* (2023).

Apesar de sua contribuição com dados inéditos para a agenda de pesquisa sobre a profissão das Ciências Sociais no Brasil, algumas considerações sobre a pesquisa devem ser consideradas. Em primeiro lugar, seu momento de aplicação. O início do ano de 2022 foi um período marcado pelo contexto pandêmico ainda bastante recente. Conforme demonstrado pelo relatório final da pesquisa (Chaguri *et al.*, 2023), a pandemia de COVID-19 significou um momento ímpar para profissionais das Ciências Sociais pois, ao mesmo tempo, possibilitou e impossibilitou atividades da profissão, além de ter gerado desafios que foram sentidos por todos - mas de maneira marcadamente desigual. Por essa razão, é possível que as respostas não correspondam exatamente àquelas que seriam dadas em um momento não pandêmico. Ainda assim, evidenciam as consequências causadas pela pandemia no exercício da profissão.

A segunda consideração é que o *survey* apresenta um claro viés em suas respostas em razão do alto número de respondentes que atuam como profissionais acadêmicos, tendo, por conseguinte, uma baixa proporção de profissionais que trabalham fora dela. Por esta razão, considera-se que os resultados são mais representativos da realidade *acadêmica* de Cientistas Sociais do que de toda a comunidade de profissionais. Buscando suprir esta lacuna ainda existente, algumas perguntas foram inseridas nessa fase - que serão analisadas aqui - e, além disso, existe uma possibilidade de que a Anpocs avance na realização de um novo *survey* focado exclusivamente no exercício da profissão de cientista social em ambiente não acadêmico.

Em terceiro lugar, não existem dados sobre o universo de cientistas sociais. Os dados coletados e apresentados no Atlas das Ciências Sociais versam somente sobre professoras (es) universitárias (os), ou seja, não é o suficiente para estabelecer estratificação ou pesagem dos



dados coletados; assim, as 1.380 respostas, por melhor que sejam em termos de volume, não puderam ser analisadas como amostra representativa. Isto posto, as melhores análises sobre os dados são exatamente o cruzamento entre variáveis, para verificar desproporções de respostas entre diferentes categorias sociais - no caso deste artigo, raça e gênero.

Em quarto lugar, o número de respostas de pessoas agênero, pessoas não binárias, de pessoas amarelas e de pessoas indígenas foi baixo. Com isso, a fim de evitar análises errôneas, foi necessário desconsiderar essas respostas da análise. O relatório de Chaguri *et al.* (2023) avança nesse ponto, que foi evidenciado por Candido *et al.* (2021), e apresenta dados descritivos sobre cientistas sociais dessas categorias. No entanto, neste artigo, assim como no relatório, as categorias foram entendidas da seguinte forma: homens (cis e trans) brancos; mulheres (cis e trans) brancas; homens (cis e trans) pretos ou pardos; mulheres (cis e trans) pretas ou pardas.

Essas considerações são tomadas como pano de fundo para todas as análises feitas na seção seguinte e devem ser consideradas pelo (a) leitor (a) para melhor aprofundamento da discussão. Serão apresentados gráficos com dados descritivos do cruzamento entre variáveis selecionadas - já descritas no final da seção de Introdução -, que possibilitam avaliar as disparidades das respostas entre homens brancos, mulheres brancas, homens pretos ou pardos e mulheres pretas ou pardas. Assim, serão evidenciadas as diferentes articulações que raça e gênero possuem a depender de cada variável investigada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

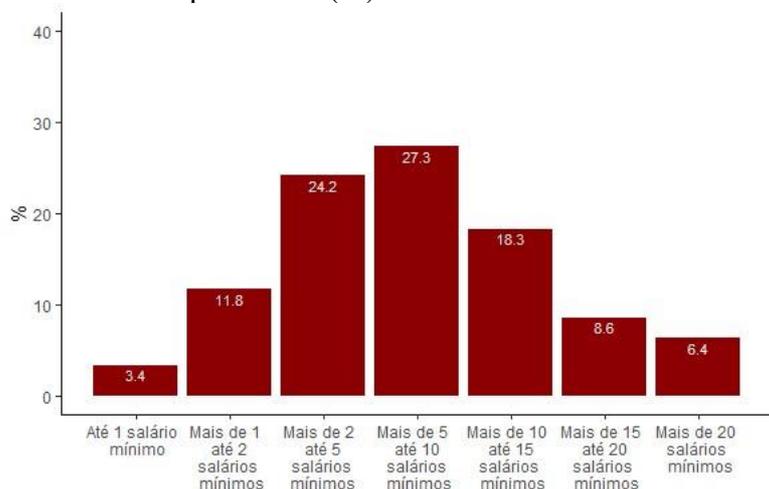
Conforme destacado anteriormente, esta seção será balizada por quatro eixos: renda; rotina e uso do tempo; trabalho acadêmico; e perspectivas de inserção no mercado de trabalho.

RENDA

Conforme é possível verificar na Figura 1 (abaixo), a maior concentração de rendas domiciliares mensais de cientistas sociais respondentes do *survey* ocorre na faixa de 5 a 10 salários mínimos, com 27,3% das respostas, seguida da faixa de 2 a 5 salários mínimos, com 24,3% das respostas, e da faixa de 10 a 15 salários mínimos, com 18,3% das respostas.



Figura 1 – Reprodução do Gráfico 37 de Chaguri *et al.* (2023), “faixa de renda domiciliar mensal dos respondentes (%)”

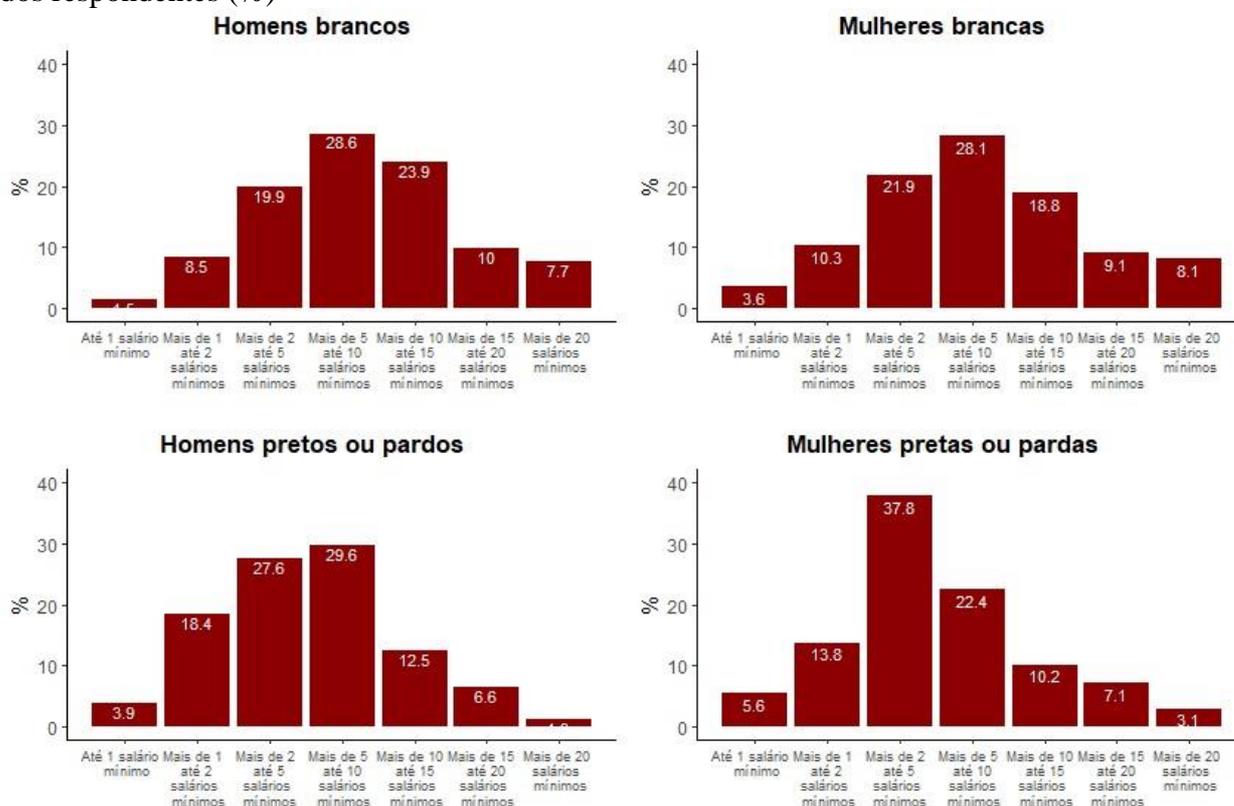


Fonte: Disponível em Chaguri *et al.* (2023, p. 58); elaborado a partir de Catelano *et al.* (2023).

No entanto, conforme mencionado anteriormente, um *survey* executado com amostra de conveniência proporciona dados cujas melhores análises residem no cruzamento entre variáveis. Com isso, o Gráfico 1 (abaixo) destaca a disparidade da distribuição das respostas sobre rendas domiciliares mensais de acordo com identificação racial e de gênero dos respondentes.



Gráfico 1 – Faixa de renda domiciliar mensal de acordo com identificação racial e de gênero dos respondentes (%)



Fonte: Elaborado a partir de Catelano *et al.* (2023).

Entre homens brancos, a maior concentração foi na faixa de 5 a 10 salários mínimos (28,6%), seguida pela faixa de 10 a 15 salários mínimos (23,9%) e pela faixa de 2 a 5 salários mínimos (19,9%). Foi, juntamente a mulheres brancas, a categoria que mais apresentou respostas nas faixas mais altas de renda domiciliar mensal. No entanto, entre mulheres brancas há uma concentração levemente diferente: a faixa de maior proporção ainda é a de 5 a 10 salários mínimos (28,1%), mas ela é seguida pela faixa de 2 a 4 salários mínimos (21,9%) antes da faixa de 10 a 15 salários mínimos (18,8%).

Já homens pretos ou pardos possuem uma concentração destacadamente mais baixa. O maior número de respostas também é da faixa de 5 a 10 salários mínimos (29,6%), mas é semelhante à taxa de respostas da faixa de 2 a 5 salários mínimos (27,6%); e ambas são seguidas pela faixa de 1 a 2 salários mínimos (18,4%). Por fim, a categoria de mulheres pretas ou pardas é a que apresenta piores índices neste quesito. É a única categoria cuja moda é a faixa de 2 a 5 salários mínimos (37,8%), possuindo apenas 22,4% na faixa de 5 a 10 salários mínimos e tendo como terceira maior concentração a faixa de 1 a 2 salários mínimos (13,8%).

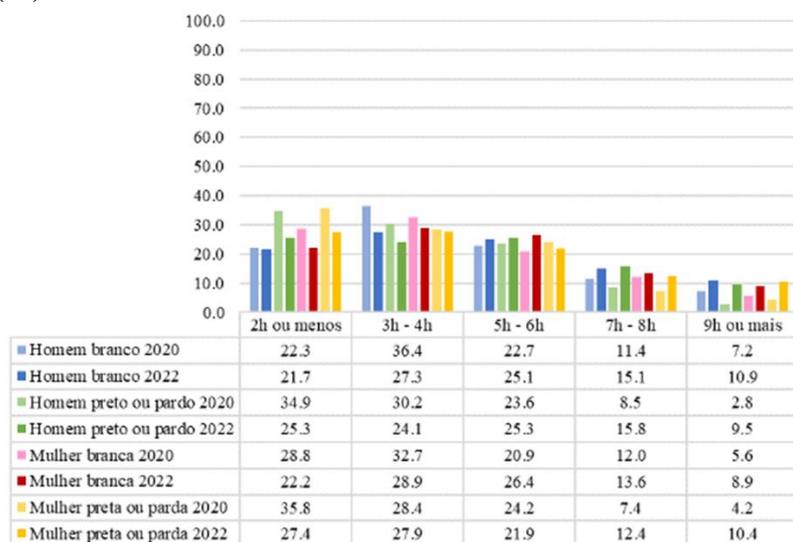


Esta é a razão de ser deste artigo: evidenciar como os marcadores de raça e gênero geram realidades diferentes dentro da mesma profissão. Isto posto, mais análises são realizadas a seguir.

ROTINA E USO DO TEMPO

Com relação às rotinas e divisões do uso do tempo cotidiano, raça e gênero também marcam diferenças. Na Figura 2 (abaixo), assim como em outras a seguir, estão comparadas as respostas ao *survey* realizado pela Anpocs em 2020 (Marques *et al.*, 2022) e o *survey* foco deste artigo, aplicado em 2022 (Catelano *et al.*, 2023). A partir dessa comparação, é possível verificar como homens pretos ou pardos, mulheres pretas ou pardas e mulheres brancas foram as categorias que menos dedicaram tempo diário ao trabalho acadêmico durante o início da pandemia.

Figura 2 – Reprodução do Gráfico 13 de Chaguri *et al.* (2023), “tempo dedicado para trabalho acadêmico em 2020 e 2022, de acordo com identificação racial e de gênero dos respondentes (%)”



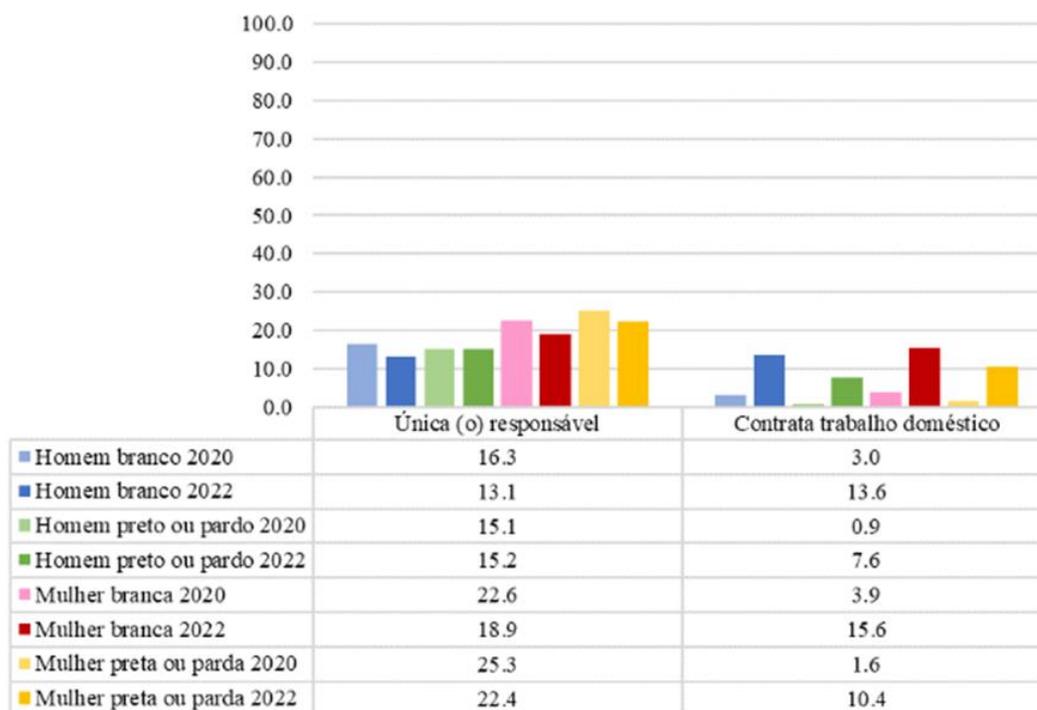
Fonte: Disponível em Chaguri *et al.* (2023, p. 32); elaborado a partir de Marques *et al.* (2022) e Catelano *et al.* (2023).

No contexto de retorno ao trabalho presencial, as mulheres pretas ou pardas proporcionalmente passaram a dedicar mais tempo diário ao trabalho acadêmico; enquanto mulheres brancas e homens pretos ou pardos tiveram um movimento semelhante de retorno à rotina presencial em relação a homens brancos.



Uma possível explicação para esse fenômeno é a terceirização das responsabilidades domésticas. De acordo com a Figura 3 (abaixo), as mulheres brancas constituem a categoria que mais aumentou a proporção de respostas mencionando contratar trabalho doméstico no contexto do retorno ao trabalho presencial.

Figura 3 – Reprodução do Gráfico 17 de Chaguri *et al.* (2023), “contratação de trabalho doméstico remunerado em 2020 e em 2022, de acordo com identificação racial e de gênero dos respondentes (%)”



Fonte: Disponível em Chaguri *et al.* (2023, p. 36); elaborado a partir de Marques *et al.* (2022) e Catelano *et al.* (2023).

Quando colocada em relação à proporção constatada entre mulheres pretas ou pardas, isso reforça a observação de Candido *et al.* (2023) sobre como raça se tornou um marcador de diferença mais notável entre mulheres quando em relação à carga de trabalho doméstico, o que está relacionado com a disponibilidade para ampliação e fortalecimento da carreira acadêmica.

Essa disparidade vai marcar o retorno ao trabalho presencial, somando-se aos impactos da pandemia. Por pelo menos dois anos, a produção acadêmica “à distância” foi profundamente desigual: quando perguntados sobre terem passado por queda de produtividade devido à ausência de espaço adequado para trabalho ou estudo em casa, 16,5% das mulheres brancas e 18,7% dos homens brancos disseram “sim”, frente a 29,9% das mulheres pretas ou pardas e 40,5% dos homens pretos ou pardos (Chaguri *et al.*, 2023, p. 34; Catelano *et al.*, 2023).



Fenômenos como esse consolidam as estratificações que perpassam a comunidade brasileira de cientistas sociais.

TRABALHO ACADÊMICO

Colocando luz sobre o trabalho acadêmico em específico, três variáveis foram selecionadas para compreender as desigualdades da comunidade. A primeira foi o acesso a financiamento. Entre mulheres brancas, 44,3% afirma ter usufruído de bolsa de produtividade em pesquisa entre os anos de 2018 e 2022. Entre homens brancos, a proporção é de 31,7%. Já entre mulheres pretas ou pardas, a proporção é de 12,5% e, entre homens pretos ou pardos, a proporção é de 11,5% (Chaguri *et al.*, 2023, p. 62; Catelano *et al.*, 2023).

É importante destacar mais uma vez que isso se trata de proporção no interior de cada categoria, ou seja, mulheres brancas têm mais acesso a esse tipo de bolsa do que homens brancos, e ambos têm mais acesso que pessoas pretas ou pardas (sejam mulheres, sejam homens). Neste caso, o gênero é um marcador de diferença que tem efeito contrário entre pessoas brancas do que o esperado em relação à comunidade no geral; mas raça mantém seu efeito esperado, gerando uma trama de menor acesso a esse tipo de bolsa por parte de pessoas pretas ou pardas.

A segunda variável é o volume de trabalho, medida pela afirmação de ter submetido artigos para periódicos científicos no ano de 2021. Cerca de 59,6% dos homens brancos disse ter submetido; 50% das mulheres brancas; 44,9% dos homens pretos ou pardos; e 41,3% das mulheres pretas ou pardas (Chaguri *et al.*, 2023, p. 44; Catelano *et al.*, 2023). Na comunidade de cientistas sociais, raça e gênero se articulam de maneira que, dentro de uma mesma categoria de raça, homens possuem condições mais favoráveis a submeter artigos para periódicos científicos do que mulheres; e, dentro de uma mesma categoria de gênero, pessoas brancas têm condições mais favoráveis neste quesito do que pessoas pretas ou pardas. Neste ponto, a raça é um marcador de diferença que possui efeitos mais adversos à equidade do que gênero.

Realidade diferente pode ser vista a partir da terceira variável, internacionalização, mensurada pela publicação de trabalhos escritos em outro idioma entre 2018 e 2022. Para esta pergunta, 45,5% dos homens brancos afirma ter publicado; frente a 37,4% das mulheres brancas, 32,3% das mulheres pretas ou pardas e 30,4% dos homens pretos ou pardos (Chaguri *et al.*, 2023, p. 46; Catelano *et al.*, 2023). Neste caso, dentro de uma mesma categoria de raça a variável de gênero possui efeitos com direção diferente, comprovando a necessidade de

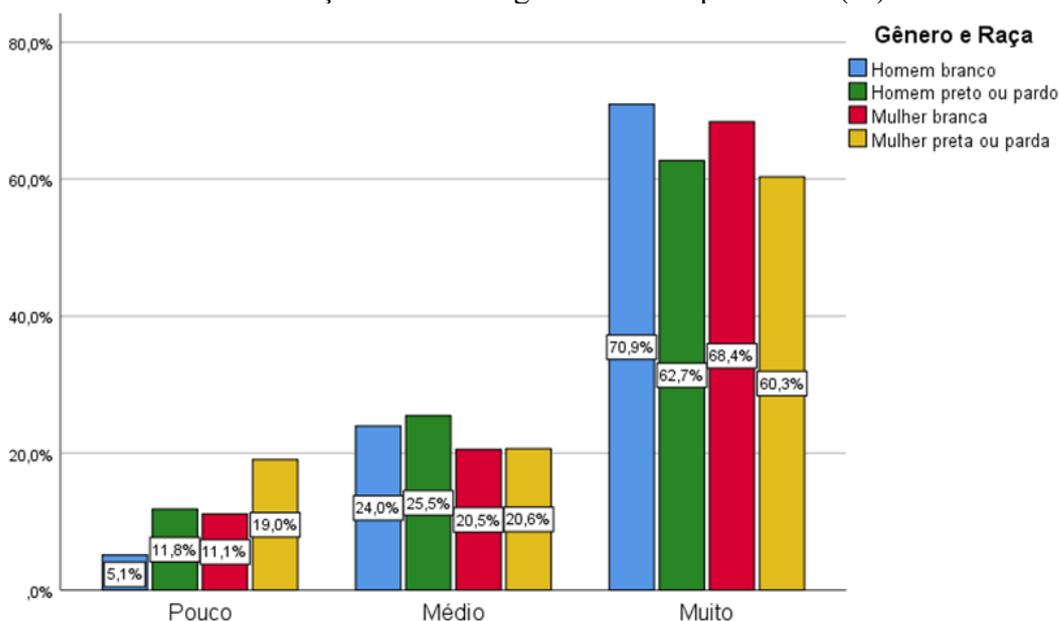


observar a relação entre os dois marcadores enfocados por este artigo e explorar como essas categorias não possuem efeitos que se “somam”, mas sim se “articulam”.

PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Neste último eixo, foram selecionadas duas perguntas do *survey* que se relacionam diretamente com as perspectivas de inserção no mercado de trabalho não acadêmico das Ciências Sociais. A primeira é sobre a compatibilidade entre o emprego atual e a área de formação, descrita na Figura 4 (abaixo).

Figura 4 - Reprodução do Gráfico 31 de Chaguri *et al.* (2023), “respostas à pergunta ‘Se você estiver empregada (o), quanto seu emprego atual é compatível com a sua área de formação?’, de acordo com identificação racial e de gênero dos respondentes (%)”



Fonte: Disponível em Chaguri *et al.* (2023, p. 52); elaborado a partir de Catelano *et al.* (2023).

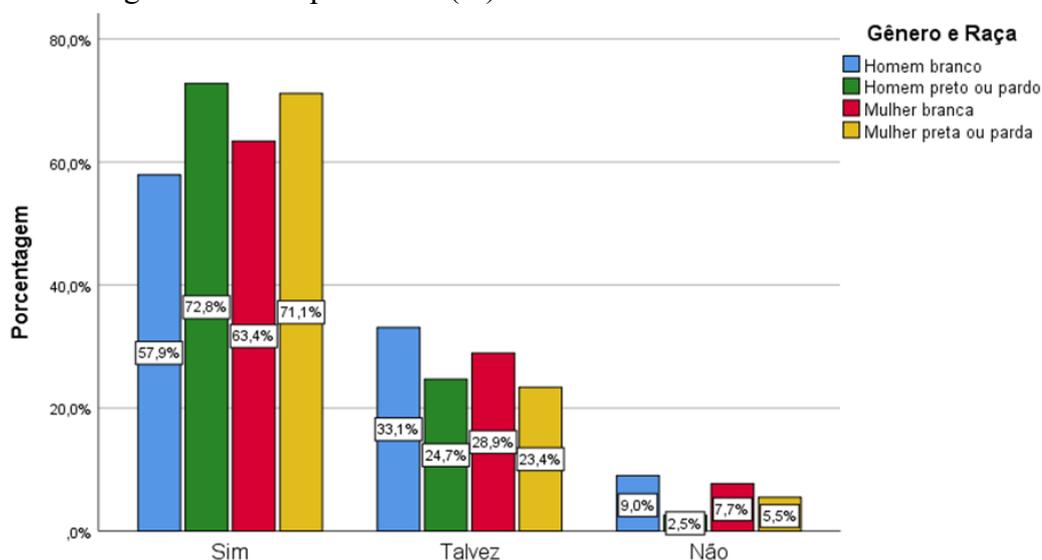
Na distribuição dos dados, pode-se examinar que homens brancos possuem maior percepção de compatibilidade. Neste quesito, mulheres brancas também têm perspectivas otimistas, enquanto homens pretos ou pardos têm perspectivas medianas. A categoria que apresenta piores percepções com relação a esse tópico é a de mulheres pretas ou pardas, versando mais uma vez sobre a articulação entre os dois marcadores de diferença.

Com isso, assim como em tantas outras profissões, o trabalho autônomo, sobretudo no formato de *freelance*, é colocado como uma alternativa legítima. No entanto, diferentemente de



profissões cujas comunidades são mais consolidadas, profissionalizadas e sindicalizadas, cientistas sociais não possuem uma tabela de referência de valores para cobrar por entrevistas, relatórios, pesquisas, coleta de dados etc. Ao serem perguntados se utilizariam uma tabela desse tipo para obter renda de forma autônoma, a distribuição se apresentou conforme a Figura 5 (abaixo).

Figura 5 – Reprodução do Gráfico 43 de Chaguri *et al.* (2023), “respostas à pergunta ‘Se houvesse uma tabela de referência de valores para serviços comumente prestados por cientistas sociais, você a utilizaria para obter renda de forma autônoma?’”, de acordo com identificação racial e de gênero dos respondentes (%)”



Fonte: Disponível em Chaguri *et al.* (2023, p. 66); elaborado a partir de Catelano *et al.* (2023).

Homens e mulheres pretos ou pardos possuem taxas semelhantes de respostas positivas ou de consideração pela possibilidade; seguidos por mulheres brancas; enquanto homens brancos possuem menores taxas, ainda que altas. Para a finalização desta análise, é necessário retomar o primeiro eixo, relativo à renda, a partir do qual foi perceptível como a renda familiar mensal de homens brancos é em média maior do que as de outras categorias; logo, há relação possível entre essas perguntas, havendo necessidade de considerar esses pontos.



CONCLUSÃO

Este artigo apresentou um panorama sobre o trabalho acadêmico na área de Ciências Sociais, observando algumas das profundas assimetrias de gênero e raça. O perfil de uma comunidade acadêmica é parte central do processo de alargamento e redefinição de seu repertório temático e profissional. Assim, seja como disciplina, seja como profissão, é preciso avançar no reconhecimento das pluralidades, das desigualdades e de seus efeitos na produção de conhecimento na área de Ciências Sociais.

É evidente que tanto raça quanto gênero são marcadores de desigualdade e estratificam a comunidade analisada. De uma forma geral, os cruzamentos dos dados mostram que as desigualdades de raça têm efeitos mais adversos em relação às desigualdades de gênero; entretanto, não é possível afirmar que há um ordenamento padronizado entre essas desigualdades pois em alguns tópicos a articulação entre ambas possui efeitos de direções diferentes entre as categorias - como, por exemplo, na análise sobre internacionalização.

Isto posto, mesmo diante dos esforços iniciais da Anpocs e das associações de cada área, ainda há necessidade de maior captação de dados para compreensão dos caminhos a serem trilhados pela comunidade de cientistas sociais em busca de mitigar suas desigualdades. E, por fim, há uma necessidade ainda maior de dados que busquem analisar a realidade de cientistas sociais no mercado de trabalho, verificando se essa comunidade de cientistas sociais apresenta a mesma estratificação do que a comunidade acadêmica da profissão e explorando as lacunas da formação técnica que podem significar barreiras à inserção em postos de emprego com direitos sociais consolidados.



REFERÊNCIAS

CANDIDO, Márcia Rangel *et al.* Inequalities among political scientists: race and gender relations during the COVID-19 pandemic. **PS: Political Science & Politics**, v. 56, n. 3, p. 365–372, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1049096523000197>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/ps-political-science-and-politics/article/abs/inequalities-among-political-scientists-race-and-gender-relations-during-the-covid19-pandemic/1BC50D19CE6D72820257E7FF3A28FD09>. Acesso em: 30 maio 2023.

CANDIDO, Márcia Rangel *et al.* As ciências sociais na pandemia da Covid-19: rotinas de trabalho e desigualdades. **Sociologia & Antropologia**, n. 11(spe), p. 31–65, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11esp2>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/yjXdCpFGZvjB8kNh3YPPvCB/?lang=pt#>. Acesso em: 24 maio 2023.

CATELANO, Otávio Zilioli *et al.* Futuros do trabalho nas ciências sociais. **Harvard Dataverse**, v. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6128>. Disponível em <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/CLPGAA>. Acesso em: 01 abr. 2023.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro *et al.* Futures of work in social sciences: research report. **SciELO Preprints**, 2023. DOI: [10.1590/SciELOPreprints.6128](https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6128). Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6128>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MARQUES, Danusa *et al.* O impacto da pandemia nas rotinas de trabalho nas Ciências Sociais. **Harvard Dataverse**, v. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.7910/DVN/8T4O7U>. Disponível em <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/8T4O7U>. Acesso em: 15 abr. 2023.